

**Emissão: 21/08/2017**

**N° Proc.: 2017/012989 17:17**

Contribuinte	LINK COMUNICACAO-AGENCIA DE PROPAGANDA LTDA - EPP	CPF	3630104000178
Rua / Av	R. TENENTE BINO	Numero	32
Complemento		CEP	38700-108
Bairro	CENTRO		
Cidade	Patos de Minas - MG		
Tipo de Processo	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Assunto	LICITAÇÕES EM GERAL		
SubAssunto	RECURSO ADMINISTRATIVO		
Contato	3823-3390 -		
Identificação			
Justificativa	RECURSO ADMINISTRATIVO		

Requerimento: ☐ Deferido ☐ Indeferido ☐ Arquite-se

**Assinatura Requerente:**

## Fluxo do Processo

GERÊNCIA DE PROTOCOLO E INFORMAÇÃO

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE  
MINAS**

Processo Licitatório 148/2017

Concorrência Nº 03 /2017

**Link Comunicação Agência de Propaganda Ltda**, já qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, vem respeitosamente a presença de V.Sa, com fulcro no item XVIII do Edital e do art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 propor o presente:

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Solicitando a revisão dos procedimentos formais realizados no julgamento da proposta técnica feita pelos membros da subcomissão técnica, por conter vícios que contaminam por inteiro o processo licitatório, decorrentes de erro na somatória das pontuações, bem como do descumprimento da legislação em vigor e da jurisprudência.

Nesse sentido, requer que se digne V.Sa de apreciar a questão aqui ventilada, exercendo o direito de reconsideração que lhe é facultado pela lei vigente, acatando o pedido formulado pela ora Recorrente.

Outrossim, na remota hipótese de V.Sa manter a decisão ora recorrida, o que se admite apenas "*ad argumentandum*", requer que se digne remeter as razões do recurso a Ilustríssima Autoridade hierarquicamente superior, qual seja, Ilmo Sr. Prefeito Municipal de Patos de Minas, a fim de que, no prazo da lei, profira a decisão devidamente fundamentada.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

Patos de Minas, 18 de agosto de 2017.

**Link Comunicação Agência de Propaganda Ltda**

p.p Representante Credenciado

**LINK COMUNICAÇÃO**  
**AGÊNCIA DE PROPAGANDA LTDA**  
CNPJ: 03.630.104/0001-78  
R. Tenente Bino, 32 Sl. 405  
**Patos de Minas - MG**

R. Tenente Bino, 32 Sl. 405 Centro Patos de Minas MG Cep 38.700 168  
Telefax 34 3823 3390 link@linkagencia.com.br www.linkagencia.com.br

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS**

## **RAZÕES DO RECURSO**

### **1 RESSALVA PRÉVIA**

1.1 A Signatária manifesta, preliminarmente, seu respeito pelo trabalho desta Comissão, bem como dos membros da Subcomissão Técnica da Prefeitura Municipal de Patos de Minas. As divergências objeto do presente Recurso Administrativo referem-se unicamente à aplicação das Leis de Licitações, em relação ao procedimento licitatório em exame. Não afetam, em nada, o respeito da Signatária pela instituição e pelos ilustres profissionais que a integram. No entanto, não pode deixar de questionar algumas inconsistências presentes no julgamento das Propostas Técnicas ora promovido.

### **2 PRELIMINARMENTE**

2.2 Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública, de nº 03/2017, do Tipo Técnica e Preço, promovida pela Prefeitura Municipal de Patos de Minas que tem como objeto a “Contratação de serviços de publicidade e propaganda e demais ações de comunicação social e marketing.”

### **3 – DA EXISTÊNCIA DE ERRO NA SOMATÓRIA DAS PONTUAÇÕES ATRIBUÍDAS À LINK COMUNICAÇÃO**

3.1 Em 08 de agosto de 2017 a Comissão Permanente de Licitação elaborou a Ata da reunião de Sessão de Julgamento dos Invólucros nº 01 e nº 03, com o resultado geral da pontuação referente à análise das propostas técnicas. Na análise dos documentos da proposta técnica, a Comissão decidiu considerar a ora recorrente classificada em 4º Lugar, sem, no entanto, observar que o julgamento das propostas técnicas não foi realizado pelos membros da Subcomissão Técnica de acordo com os critérios estabelecidos no Item 9 Julgamento das Propostas do Edital, bem como que o resultado anunciado contém erro na somatória das pontuações.

3.2 De acordo com análise da planilha de julgamento do Plano de Comunicação Publicitária da Link Comunicação, realizada pelo Sr. Farley Junior Rocha membro da subcomissão, pode ser observado o erro ocorrido na nota total atribuída a esta recorrente

referente ao Quesito Estratégia de Mídia e Não Mídia. Conforme pode ser verificado no documento, há um erro evidente na soma das pontuações deste quesito cuja somatória representa um total de 10 pontos e não 9,5 pontos conforme foi descrito e considerado erroneamente para o cálculo da nota final, valor este que deve ser necessariamente revisado.

#### 4 DO DESCUMPRIMENTO DA LEI E DO EDITAL PELA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

4.1 Em uma análise mais aprofundada dos documentos referentes ao julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão decidiu anunciar em Ata o resultado geral, sem no entanto, observar que o julgamento das propostas técnicas realizado pelos membros da Subcomissão Técnica está em desacordo com as exigências e critérios estabelecidos no Item 9 do Julgamento das Propostas do Edital.

4.2 É importante observar que o Edital é claro em estabelecer os critérios que devem ser levados em conta pelos membros da Subcomissão para a atribuição das pontuações, bem como para o embasamento das suas observações e justificativas, justamente para que não prevaleça uma nota genérica que comprometa a avaliação geral e a escolha da proposta mais vantajosa para a administração. Além da ausência de observações e justificativas observada nas planilhas em geral, as poucas observações apontadas pelos membros da subcomissão demonstram grande desconexão com os atributos dos quesitos e subquesitos exigidos no Item 9.2 do Edital.

4.3 Conforme os procedimentos legais que enunciamos a seguir, observamos que são de considerável monta as imperfeições do resultado do julgamento final apresentado, o que terminou por prejudicar seriamente a avaliação da proposta desta recorrente, a saber:

4.3.1 Para atribuição de nota ao quesito Idéia Criativa o Sr. Farley Junio Rocha faz a observação de que ***“a proposta utiliza praticamente todo o orçamento disponibilizado, no entanto não distribuiu eficientemente os valores”***. Trata-se de uma observação sem qualquer fundamento para embasar a avaliação da Idéia Criativa e penalizar o quesito em 9 pontos, pois não têm qualquer relação com os atributos previstos no Edital para avaliação deste quesito, tais como originalidade, adequação, pertinência, dentre outros, sendo que nenhum deles está relacionado à distribuição de verbas de mídia na Idéia Criativa;

4.3.2 Para atribuição de nota ao quesito Estratégia de Comunicação Publicitária o Sr. Farley Junio Rocha faz a observação de que ***“sendo um dos principais meios de informação da cidade, não houve utilização de sites de notícias”*** e no Quesito Raciocínio Básico ele observa que ***“o licitante desconhece todos os veículos de comunicação da cidade”***. Nesse caso, em especial, trata-se de observações tendenciosas haja vista a relação

próxima deste avaliador com o site de notícias Patos hoje no qual trabalha. Ao penalizar a Estratégia de Comunicação desta recorrente em 7 pontos, este avaliador não considerou a reduzida verba de mídia proposta no briefing, que impossibilitava abranger todos os veículos locais, bem como o fato do site de notícias, como o próprio nome diz “de notícias”, ser um veículo de mídia complementar, devido a impossibilidade de acesso a internet por uma parcela considerável da população.

4.3.3 Para atribuição de nota ao quesito Estratégia de Comunicação o Sr. Marlon Wender Pinheiro Costa faz a observação de que “... **a quantidade exagerada de tipografia, dificulta a leitura**”. Trata-se de uma observação sem qualquer fundamento para embasar a avaliação da Estratégia de Comunicação e penalizar o quesito em 7 pontos, pois novamente não tem qualquer relação com os atributos previstos no Edital para avaliação deste quesito, tais como consistência lógica, adequação, pertinência, dentre outros, sendo que nenhum deles pode ser relacionado à tipografia e à leitura;

4.3.4 Para atribuição de nota ao quesito Idéia Criativa o Sr. Marlon Wender Pinheiro Costa faz a observação de que “... **na peça viral, a imagem utilizada não caracteriza a população brasileira**”. Trata-se de uma observação irrelevante para justificar a penalização do quesito desta recorrente em 9 pontos, haja vista que tanto o Edital, quanto a Lei 12.232, prevêem apenas a apresentação de exemplos de peças para corporificação da idéia, e não de peças completamente finalizadas com suas fotografias originais tal qual serão divulgadas.

4.4 Além da desconexão do conteúdo das observações com os atributos especificados no Edital para a avaliação dos quesitos, também merece consideração na avaliação das propostas técnicas o desequilíbrio das pontuações atribuídas, levando-se em conta a gravidade das observações, conforme demonstramos a seguir:

4.4.1 Apesar de fazer a grave observação na Idéia Criativa da Lume Comunicação de que “**apresenta peças com layout que não condiz com a realidade local**”, o Sr. Marlon Wender Pinheiro Costa atribui 17,5 pontos a esta licitante, nota superior a atribuída aos 16 pontos atribuídos a Link Comunicação, onde foi observado que em apenas um exemplo de peça foi apresentada uma imagem que não condiz com população brasileira, conforme descrevemos anteriormente;

4.4.2 Apesar de fazer a grave observação na Idéia Criativa da Fazenda Comunicação de que “**a proposta apresenta valores superiores para veículos de comunicação com menos alcance**”, o Sr. Farley Junio Rocha atribui 19 pontos a esta licitante, nota superior a atribuída aos 16 pontos atribuídos a Link Comunicação, onde também foi feita observação sem qualquer relação com os atributos do quesito Idéia Criativa;

4.4.3 Apesar de fazer a grave observação na Estratégia de Mídia e Não Mídia da Fazenda Comunicação de que “**há falta de adequação para atingir a população de Patos de**

*Minas*”, o Sr. Farley Junio Rocha atribui 12,5 pontos a esta licitante, nota superior aos 10 pontos atribuídos a Link Comunicação, onde não foi feita qualquer observação que justificasse a nota inferior da proposta;

4.5 De acordo com análise do resultado final do julgamento das Propostas Técnicas, observa-se, então, que a pontuação atribuída à Link Comunicação pela subcomissão não foi dada e formalizada de acordo com os critérios previstos no Edital, em consonância com o trabalho apresentado, o que incorreu em sérios prejuízos à nossa participação no certame. Percebe-se então, que a avaliação é fruto de uma análise superficial e não aprofundada das propostas, sem as devidas justificativas e sem comprovação técnica, realizadas através de valorações que não foram convenientemente discutidas e aceitas por todos os membros de forma a minimizar a possibilidade de predomínio do personalismo ou da opinião particular do avaliador manifestada em uma nota genérica.

4.6 Assim como os licitantes e o Poder Público, os membros da Subcomissão Técnica também estão adstritos ao Edital e à Lei de Licitações quanto ao procedimento, à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. É o que prevê o artigo 43, V, da Lei de Licitações, que exige que o julgamento e a classificação das propostas se façam de acordo com o critério de avaliação nela estabelecidos.

## **5 DA OBRIGATORIEDADE DA DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE INTELLIGENTSIA E ATITUDE LTDA PELO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL**

5.1 De acordo com análise do Item VI do Edital, as licitantes devem utilizar papel A4 ou A3, de 75 a 90 grs na edição do caderno específico do repertório. Contudo, no Repertório contido no envelope nº 03, apresentado pela Intelligentsia & Attitude, a licitante apresentou papel em gramatura superior à prevista no Edital, falha observada em Ata pela representante da Fazenda Comunicação e Marketing.

5.2 Ocorre que, apesar da observação feita, a subcomissão não reconheceu a grave falha apontada na ressalva, alegando que o Edital permitia a apresentação de peças em qualquer formato, no caso delas serem apresentadas soltas. Entretanto, o não atendimento ao Item VI do Edital por parte da licitante acima citada deve ser considerado como um grave descumprimento da exigência editalícia, haja vista que a permissão de “qualquer formato” pelo Edital refere-se apenas a qualquer medida ou qualquer tamanho de peça e não à qualquer gramatura de papel, cuja exigência de 75 a 90 gramas deveria ser mantida, seja em qualquer formato que as peças fossem apresentadas. A falha cometida representa uma explícita inobservância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, e por isso enseja a desclassificação da licitante.

5.3 O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, entendido como decorrência do princípio da isonomia, dispõe que a administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, sob pena de nulidade do ato administrativo. A lei 8.666/93, em seu artigo 3º, dispõe acerca dos princípios norteadores do processo licitatório, nele embutido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Importante ressaltar que a Lei 8.666 em seu art.113, §1º dispõe acerca da possibilidade de representação junto ao Tribunal de Contas competente nos casos de irregularidades nos processos de licitação:

“Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo.”

Reforçando ainda a obrigatoriedade da observância dos princípios aplicados às licitações, a Lei 8.666/ em seu art.90 prevê como crime a intenção de frustrar ou fraudar procedimento licitatório:

“Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do

O sempre lembrado mestre Hely Lopes Meireles bem define o que seja o princípio da igualdade entre os licitantes:

“O que o princípio da igualdade entre os licitantes veda é a cláusula discriminatória e o julgamento faccioso que desigualda os iguais ou igualda os desiguais, favorecendo a uns e prejudicando a outros, com exigências inúteis para o serviço público, mas com destino certo a determinados candidatos. Essa é a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pelo qual o judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre perseguição ou favoritismo administrativo, desigualando os proponentes por critérios subjetivos de predileção, mas sem nenhum motivo de interesse público e sem qualquer vantagem técnica ou econômica para a Administração.”

Portanto, tendo em vista que a decisão de classificação da licitante Intelligentsia e Atitude pela Subcomissão Técnica foi feita sem a observância aprofundada dos critérios dispostos no Edital, bem como os princípios e exigências da Lei, não há respaldo para prevalecer a classificação desta licitante, sob pena de afronta as disposições da legislação vigente.

Por fim, insta salientar que as graves falhas apresentadas em relação ao julgamento das propostas técnicas, bem como a não obediência dos procedimentos licitatórios previstos no Edital e na Lei de Licitações são motivos de consideração por parte da CPL e da Subcomissão Técnica no sentido de resguardar a lisura e clareza das funções e trabalhos exercidos pela Subcomissão, bem como supervisionadas pela Comissão Especial de Licitação.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Patos de Minas, 18 de agosto de 2017

LINK COMUNICAÇÃO  
AGÊNCIA DE PROPAGANDA LTDA  
CNPJ: 03.630.104/0001-78  
R. Tenente Bino, 32 Sl. 405  
Patos de Minas - MG

LINK COMUNICAÇÃO AGENCIA DE PROPAGANDA LTDA

p.p

Representante Credenciado